

revisão TRIBUTÁRIA

Muitos empresários, optantes pelo Simples Nacional, acreditam que não há possibilidade de recuperação de tributos em suas empresas, entretanto, existem duas exceções à regra, que por muitas vezes não são observadas durante a apuração dos impostos. O empresário pode sim recuperar tributos em empresas optantes do Simples nacional, para isso, deve ser realizada a segregação do Pis/Confins monofásico e o ICMS Substituição Tributária durante a apuração.

Nosso trabalho consiste em analisar os últimos 05 anos (período prescricional) das movimentações contábeis e fiscais da empresa, onde será possível identificar os tributos pagos a maior, correspondente aos produtos monofásicos e substitutos tributários, proporcionando então o aproveitamento dos créditos não utilizados anteriormente.



01

Como saber se sua empresa possui viabilidade à restituição e previsão de valores?

Através do acesso ao PGDAS – (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples), é possível realizar um diagnóstico prévio de viabilidade, e em se tratando de exequibilidade, realizaremos uma estimativa de valores dos créditos disponíveis junto a Receita Federal do Brasil – RFB.

Esta avaliação não possui qualquer custo à empresa. Esta avaliação não possui qualquer custo à empresa.

02

Qual período compreende o pedido de restituição?

Com essa análise inicial no PGDAS estabelecemos os parâmetros para o levantamento efetivo dos últimos 60 meses (5 anos) onde se encontram os créditos consignados e objeto de restituição em dinheiro.

03

Como é realizado o trabalho?

Por intermédio de nossas analistas, executamos a leitura e segregação dos produtos sujeitos à tributação monofásica correspondente aos impostos Pis/Cofins, bem como dos produtos Substituição Tributária no que tange ao ICMS.

Após a identificação dos créditos, será realizado o requerimento administrativo de ressarcimento junto à Receita Federal. Após o deferimento do ressarcimento, os valores correspondentes aos créditos federais, serão creditados, em dinheiro, direta-

mente na *conta corrente do contribuinte (*salvo se houver débitos junto a Fazenda Nacional).

O prazo médio para restituição em conta corrente, são 90 noventa dias, contados do protocolo do requerimento junto à Receita Federal do Brasil (*salvo se houver débitos junto a Fazenda Nacional – observar item 4).

04

E se a empresa possui dívidas e parcelamentos junto a RFB?

Em se tratando de débitos ativos, e/ou parcelamento junto à Receita Federal do Brasil – RFB, a empresa poderá sim gozar de tal restituição, em dinheiro, entretanto, primeiramente a Fazenda Nacional, realizará o abatimento dos débitos existentes (zerando-os), e após apurada a sobra, providenciará o crédito em dinheiro diretamente na conta corrente do contribuinte.

Alternativamente, caso os débitos sejam superiores aos créditos percebidos, a RFB promoverá o abatimento até o limite da dívida existente.

05

O Trabalho pode ser feito pelo próprio escritório de contabilidade?

Não é possível o referido trabalho ser executado pelo próprio escritório de contabilidade que atende a empresa, pois é necessário o “software” que realiza esta segregação de forma eletrônica, rápida e segura. Cumpre esclarecer que tal triagem é impraticável manualmente, assim sendo, comprovadamente, a contabilidade não possui ferramentas suficientes à realização da segregação.

06

Quem tem o perfil para usufruir dessa restituição – Setores

Alimentação



- ① Bares
- ① Fast Food's
- ① Lanchonetes
- ① Padarias
- ① Restaurantes

Comércio



- ① Lojas de Conveniência
- ① Mercados
- ① Supermercados

Outros



- ① Casa de Shows
- ① Centros Automotivos
- ① Comércio de Baterias
- ① Distribuidores de Gás
- ① Farmácias
- ① Lojas de Conveniência
- ① Perfumarias
- ① Pet Shops
- ① Revendas GLP
- ① Revendas de Autopeças
- ① Revendas de Pneus



 **JOÃO CURADO**
ADVOCACIA

☎ 62 9 8418-9864 62 3093-3666

📍 Rua C-181, nº 793 Jd. América, Goiânia-GO

🌐 joaocurado.com.br

